

Ata da primeira Assembleia Geral de Estudantes Ordinária 2019/2020

Lisboa, 25 de setembro de 2019

Ao vigésimo quinto dia do mês de setembro de dois mil e dezanove, foi celebrada a primeira Assembleia Geral de Estudantes Ordinária da Associação de Estudantes do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, do ano letivo 2019/2020, que decorreu pelas dezoito horas e trinta minutos no Auditório Ferreira de Almeida (B203), no Edifício II do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

À hora marcada, não havia sido reunido *quórum* para dar início à ordem de trabalhos, pelo que, como previsto em convocatória, se iniciou trinta minutos após a hora marcada, pelas dezanove horas. A Assembleia Geral de Estudantes foi presidida pela vice-presidente Catarina Rodrigues, coadjuvada pela Tamira Seco, que assumiu a vice-presidência, na ausência do Presidente.

A presente Assembleia Geral de Estudantes teve a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Informações;
- 2) Apresentação, discussão e deliberação sobre o Regimento da Assembleia Geral de Estudantes da AEISCTE-IUL;
- 3) Apresentação e deliberação da proposta sobre a Quotização anual da AEISCTE-IUL;
- 4) Apresentação, discussão e deliberação do Plano de Atividades e das suas bases orçamentais para o mandato 2019/2020;
- 5) Apreciação do parecer do Conselho Fiscal acerca do Plano de Atividades e Orçamento para o mandato de 2019/2020;
- 6) Outros assuntos.

Após a anterior apresentação, e não existindo questões, foi aprovada a ordem de trabalhos por unanimidade, sendo que a Presidente da Mesa da Assembleia-Geral seguiu com a mesma, tendo início no ponto 1), respeitante a informações. A Mesa da Assembleia-Geral não tinha informações a comunicar pelo que foi dada a palavra ao Presidente da Associação de Estudantes, João Fernandes, que forneceu informações acerca das atividades que a AE tinha

realizado até à data, com foco especial no “ISCTE Welcome Day”, organizado pelo ISCTE-IUL, no qual a AE teve um papel preponderante na receção aos novos estudantes.

A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral passou ao ponto 2) da Ordem de Trabalhos, sendo realizada uma breve apresentação do Regimento da Assembleia Geral de Estudantes da AEISCTE-IUL, por parte da Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral. Terminada a mesma, foi aberto espaço para discussão, no qual a discente Beatriz Mendes questiona acerca dos Estatutos da AEISCTE-IUL, o facto de não se encontrar na Ordem de Trabalhos a marcação das datas de eleições tal como consta no Regulamento, ao que o Presidente da Associação de Estudantes respondeu que esta questão já tinha sido anteriormente debatida e que se tratava de um erro no documento.

A discente Inês Rodrigues referiu querer apresentar proposta de Moção, tendo sido pedido pela Mesa da Assembleia Geral o envio da mesma via e-mail para posterior apresentação e votação em Assembleia. O discente João Pereira questionou o facto de se encontrar presente no Regimento da Assembleia-Geral de Estudantes a obrigatoriedade em reunir em Assembleia Geral de Estudantes de pelo menos duas vezes em cada ano letivo, sendo proposta a alteração para três vezes em concordância com o Estatuto da AEISCTE-IUL, tendo sido deliberado e confirmado pela Mesa da Assembleia-Geral de Estudantes a necessidade de se proceder a esta alteração.

Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação, tendo sido auferidos 1 direito de não-voto, 1 direito de abstenção, 0 votos contra e 37 votos a favor, totalizando 39 membros votantes.

A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral passou ao ponto 3) e 4) da Ordem de Trabalhos, tendo sido apresentada a proposta sobre a Quotização anual da AEISCTE-IUL, o Plano de Atividades e as suas bases orçamentais para o mandato 2019/2020. Após anterior apresentação, a Mesa da Assembleia-Geral abriu espaço para intervenções. A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral passou ao ponto 5) da Ordem de Trabalhos, tendo sido apresentada a apreciação do parecer por parte do Conselho Fiscal acerca do Plano de Atividades e Orçamento para o mandato de 2019/2020. Não tendo havido questões, prosseguiu-se com a votação dos pontos anteriormente apresentados. Relativamente ao Plano de Atividades, foram contabilizados 1 direito de não-voto, 1 direito de abstenção, 4 votos contra e 30 votos a favor, totalizando 36 membros votantes. À Quotização anual da AEISCTE-IUL, foram auferidos 1 direito de não-voto, 5 direitos de abstenção, 0 votos contra

e 30 votos a favor, totalizando um total de 36 membros votantes. Por último, no que concerne ao Orçamento foram auferidos 1 direito de não voto, 1 direito de abstenção, 4 votos contra e 30 votos, totalizando 36 membros votantes.

A Presidente da Mesa da Assembleia-geral passou ao último ponto da Ordem de Trabalhos, o ponto 6), referente a Outros Assuntos. Procedeu-se à apresentação da Moção enviada pela discente Inês Rodrigues, decidido pela Mesa da Assembleia Geral de Estudantes a necessidade de votação pelo plenário da Assembleia-Geral, para a sua admissibilidade, tendo assim a seguinte votação: 0 direito de não voto, 1 direito de abstenção, 0 votos contra e 33 votos a favor, totalizando 34 membros votantes. Verificada a sua admissibilidade por parte do plenário, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Estudantes colocou a Moção à discussão abrindo espaço para intervenções.

A discente Inês Rodrigues, defendeu a Moção apresentada, anexada na presente ata, “Moção sobre as propinas no Ensino Superior” referindo a importância da redução da propina rumo à sua eliminação, evidenciando a presença na Constituição Portuguesa a garantia da Educação tendencialmente gratuita.

O Presidente da Associação de Estudantes, João Fernandes, felicitou a elaboração e apresentação da Moção e esclareceu a existência de uma secção que tem vindo a trabalhar esta vertente, no âmbito da ação social. Relativamente ao documento apresentado, referiu que este poderia ser melhorado em relação ao seu conteúdo.

A discente Beatriz Mendes, solicitou intervenção e defendeu a Moção apresentada anteriormente. Referiu ainda a importância da Associação de Estudantes demonstrar uma iniciativa de apoio face ao tema discutido.

O discente Luiz Anelli, pediu a palavra e referiu os desafios que enfrenta relativamente ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), uma vez que se trata de um estudante de nacionalidade brasileira e o choque cultural que se faz sentir aquando da vinda para Portugal para estudar. Mencionou também a importância da redução de propinas, particularmente no valor pago pelos estudantes internacionais, uma vez que existem valores diferenciados.

O Presidente da Associação de Estudantes, João Fernandes, voltou a esclarecer que a AEISCTE-IUL foi das primeiras a associar-se ao Movimento Rumo à Propina Zero, participando em diversas atividades e reivindicações no que a este tema diz respeito.

A discente Daniela Fajardo, solicitou intervenção e referiu importância da Associação de Estudantes representar os estudantes e a importância da Moção, defendendo-a. Mencionou

também a necessidade da Associação de Estudantes divulgar mais nas redes sociais acerca do assunto discutido.

A Vice-Presidente da Associação de Estudantes, Margarida Salsinha confessou a pouca divulgação das propostas, mencionando que no período do anterior mandato um dos objetivos, incidiu na Moção Global, onde no documento se encontra toda a informação das posições que a AE tem tido.

O Presidente da Associação de Estudantes, João Fernandes, referiu a importância referente ao Tratado de Igualdade de Estudantes Brasileiros e agradeceu o facto deste tratado ter sido lembrado pelo colega Luiz Anelli.

A Vice-Presidente da Associação de Estudantes, Margarida Salsinha reforçou a ideia da possibilidade de se dirigirem à Associação de Estudantes para o apoio relativamente a esta situação exposta.

Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da moção tendo sido auferidos 0 direito de não-voto, 9 direitos de abstenção, 10 votos contra e 8 votos a favor, totalizando 27 membros com direito a voto, ficando assim reprovada a Moção.

O Presidente da Associação de Estudantes, João Fernandes, referiu que iria apresentar uma declaração de voto por escrito, que se anexa a esta ata.

Concluindo o ponto anterior e não havendo outros a apresentar, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por terminada a Assembleia-Geral de Estudantes Ordinária pelas vinte horas e trinta e um minutos.

Pela Mesa da Assembleia Geral de Estudantes

ANEXO I

Moção sobre as propinas no Ensino Superior

Inês Rodrigues

Actualmente, frequentar um curso do ensino superior implica obrigatoriamente o pagamento da propina correspondente. Dessa forma, todos os anos milhares de estudantes não ingressam neste nível de ensino por não terem meios financeiros para prosseguir com os estudos; outros, mesmo ingressados no ensino superior, vêm-se obrigados a trabalhar para conseguirem pagar as propinas.

Nenhum jovem deve ver os seus sonhos impossibilitados. Como consta na nossa Constituição da República, no n.º 2 do artigo 74º, cabe ao Estado «...Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística; (e) Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino;...»

Apesar de ser algo encarado como impossível, as propinas nem sempre existiram, tendo sido implementadas em 1992, com o custo de 6 euros anuais. A partir desse momento, à medida que diminuía o investimento do Estado no ensino superior, aumentava o valor das propinas. No ano letivo de 1999/2000 o valor das propinas tinha alcançado os 305 euros, em 2006, 987 euros e no ano letivo de 2017/2018 o valor máximo das propinas era 1063 euros. Embora tenha sofrido uma redução neste ano letivo, o valor máximo das propinas nas licenciaturas é, aproximadamente, 872 euros, de acordo com informação partilhada na Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2019.

Como está escrito no artigo referido em cima, cabe ao Estado garantir o acesso ao ensino superior e o seu financiamento. Logo, o pagamento de impostos, só por si, devia servir para assegurar funções sociais e de qualidade como o ensino. Porém, hoje, são os estudantes do ensino superior que praticamente asseguram o financiamento das faculdades através das propinas, taxas e emolumentos, visto que o financiamento por parte do Estado é altamente insuficiente.

Desta forma, venho por este meio propor a Associação de Estudantes do ISCTE a cumprir:

1. Uma tomada de posição contra a existência das propinas enquanto uma das principais barreiras de acesso e frequência no ensino superior, levando essa posição aos estudantes que representa pelos meios que lhes forem possíveis - redes sociais e cartazes;

2. Defender publicamente essa posição em todos os espaços de discussão em que participe - Movimento Associativo, discussões com órgãos internos e externos.

ANEXO II

JUSTIFICAÇÃO DA INTENÇÃO DE VOTO DO ESTUDANTE

João Gabriel Fernandes Nr.73082

Serve o presente documento para justificar a minha intenção de voto na moção sobre as propinas no Ensino Superior apresentada no ponto “Outros Assuntos” de ordem de trabalhos da 1ª Assembleia Geral de Alunos do ISCTE-IUL, realizada no dia 25 de setembro de 2019.

A minha intenção de voto foi contra o documento apresentado pela estudante Inês Guerreiro, esta decisão decorre de considerar que a moção apresenta um tema pertinente, mas que carece de uma contextualização mais aprofundada e seria possível trabalhar mais nas propostas apresentadas. Esta minha decisão de voto não significa que sou contra a redução da propina, sou a favor de uma redução gradual do valor da propina e tornar o Ensino Superior tendencialmente gratuito para que seja um local mais inclusivo e sem barreiras financeiras.

Apesar desta minha intenção, quero congratular a estudante Inês Rodrigues pela apresentação deste documento, pela sua proatividade e pela sua vontade em expressar a intenção de melhorar o Ensino Superior português. Por esse mesmo motivo, acredito que a sua moção não deva cair no esquecimento e convidava os proponentes a reunir com a secção de Política Educativa da AEISCTE-IUL para elaborar uma proposta mais trabalhada para que possa integrar o documento “Moção Global” que está neste momento a ser trabalhado por esta mesma equipa.

Por fim, felicitar novamente pela apresentação deste documento que, apesar de na minha ótica necessitar de ser melhor trabalhado, demonstra a importância da AEISCTE-IUL em ouvir os seus estudantes e procurar criar uma posição bem definida sobre as problemáticas do nosso dia a dia, sendo a redução da propina um tema fraturante do nosso meio.

Com os melhores cumprimentos,

João Fernandes